

ATA NÚMERO 366/XII/4.^a SL

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 362, 363, 364 e 365, referentes às reuniões de 17, 18, 19 e 20 de março, respetivamente.
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 764/XII/4.^a (PCP) – Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro.
Autora do parecer: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).
3. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 166/XII/2.^a (ALRAA) - Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.
4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro).
5. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.
6. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.
7. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 362, 363, 364 e 365, referentes às reuniões de 17, 18, 19 e 20 de março, respetivamente.

O Senhor Presidente em exercício da COFAP, Deputado Paulo Sá (PCP), iniciou os trabalhos, contextualizando a sua condução dos trabalhos na ausência do Senhor Presidente e colocando à consideração da Comissão a possibilidade de intervenção enquanto Deputado do PCP, quando necessário, não se tendo verificado qualquer manifestação de oposição a essa possibilidade.

As [atas n.ºs 362, 363, 364 e 365](#), referentes às reuniões de 17, 18, 19 e 20 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE, com uma correção na ata n.º 362, de 17 de março e uma alteração na ata n.º 365, de 20 de março.

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 764/XII/4.^a (PCP) – Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro.

Autora do parecer: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 764/XII/4.^a \(PCP\)](#), dando nota do seu teor. O parecer foi votado e aprovado por unanimidade, com ausência do BE.

3. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da [Proposta de Lei n.º 166/XII/2.^a \(ALRAA\) - Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA](#).

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) declarou que o GPPSD não tem propostas para este ponto, tendo a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) proposto o adiamento do mesmo. O Senhor Deputado João Galamba (PS) afirmou já ter propostas de audições. O Senhor Presidente em exercício esclareceu que, havendo um pedido de adiamento do presente ponto, este ficaria adiado para a próxima reunião.

4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 826/XII/4.^a \(PSD/CDS-PP\) - Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem \(altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março\)](#).

[o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro](#).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou uma proposta de audição das seguintes entidades: DECO, SEFIN, Banco de Portugal, APB e Associação Portuguesa de Usuários de Serviços Bancários (APUSBANC). Interveio o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) para propor que fosse pedido parecer escrito à APUSBANC, uma vez que a DECO e a SEFIN já são suficientemente representativas dos consumidores. A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) sugeriu que se deixe também à consideração das outras entidades propostas a opção pela audição ou pela emissão de parecer escrito.

Sendo consensual esta última proposta, o Senhor Presidente em exercício submeteu à votação da Comissão o convite para audição da APUSBANC, que foi rejeitada com os votos a favor de PS e PCP e contra de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do BE.

De seguida, o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) colocou a hipótese de criar um Grupo de Trabalho, no que o Senhor Deputado João Galamba (PS) anuiu. Não se verificando oposição por parte de qualquer dos GP's, ficou consensualizada a constituição do Grupo de Trabalho, recordando o Senhor Presidente em exercício que já existiu um Grupo de Trabalho com estas características.

Indagados sobre a designação de membros para o Grupo de Trabalho, o PSD indicou os Senhores Deputados Carlos Santos Silva e Elsa Cordeiro, o PS nomeou os Senhores Deputados João Paulo Correia e Fernando Serrasqueiro, o CDS-PP designou a Senhora Deputada Vera Rodrigues, o PCP indicou o Senhor Deputado Paulo Sá, e o BE apontou o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares.

5. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) declarou ter ficado convicto de que foi sugerido ao PCP para reformular o seu requerimento, dadas as vicissitudes mencionadas na pretérita reunião. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) afirmou que na passada reunião tinha deixado claro, no seu entender, que o modelo a seguir, caso o requerimento seja aprovado, poderá ser semelhante à Conferência sobre a Dívida Pública. Propôs então o adiamento deste ponto para a próxima reunião, sendo o mesmo consensual.

6. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.

O Senhor Presidente em exercício, após questionar se existia já alguma proposta para a realização de auditorias, não recebendo qualquer resposta positiva, propôs o adiamento do ponto para a semana seguinte, tendo o mesmo sido consensual.

7. Outros assuntos.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o requerimento do PS a propor a audição com carácter de urgência da Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), afirmando não colocar obstáculos à audição pretendida, declarou que a mesma não deverá acontecer antes das conclusões do procedimento iniciado pela CNPD. Por seu lado, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), não tendo, igualmente, objeções ao requerimento, propôs que a audição se efetuasse apenas após a conclusão do inquérito aberto pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

Interveio o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares para dar a anuência do BE ao requerimento do PS, declarando ainda não ver motivo para esperar pelas conclusões do inquérito da IGF, em curso, uma vez que as anteriores audições se realizaram quando já estava aberto o inquérito. Questionou ainda se os documentos solicitados nas audições da passada semana já tinham chegado.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou a sua concordância com o requerimento do PS.

O Senhor Presidente em exercício esclareceu que os documentos solicitados ainda não foram remetidos à COFAP e solicitou ao Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) que especificasse os documentos pretendidos pelo BE.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) discordou da posição assumida por PSD e CDS-PP, referindo que nada obsta à audição da Presidente da CNPD, uma vez que nenhuma relação existe com o inquérito da IGF, Considerou o contributo da CNPD como essencial de imediato.

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) enfatizou então que se referiu especificamente ao procedimento aberto pela CNPD, e o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) considerou prematuro proceder-se à audição proposta antes das conclusões do inquérito da IGF,

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

defendendo ainda a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) que o CDS-PP tem todo o interesse em apurar a verdade, mas que o tema pode ficar condicionado pelas questões de agenda política.

O Senhor Presidente em exercício colocou à consideração do PS a metodologia de votação do requerimento – ou como um só ou, em alternativa, separando o conteúdo do requerimento do momento da audição e votando em separado os dois pontos.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) sustentou como mais adequado a distinção entre os dois pontos, após o que o Senhor Presidente em exercício esclareceu então que existe consenso relativamente à realização da audição e colocou à votação da Comissão a audição com urgência da Presidente da CNPD, tendo a mesma sido rejeitada com os votos a favor de PS, PCP e BE e os votos contra de PSD e CDS-PP.

Face ao resultado da votação, o Senhor Presidente em exercício informou que serão efetuados contactos para proceder à audição aprovada assim que os procedimentos da CNPD estiverem concluídos.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) interveio para especificar quais os documentos pretendidos pelo BE, a saber: as cartas de demissão (oficiais) dos dois dirigentes da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e o relatório do Departamento de Auditoria Interna citado na carta de demissão do ex-Diretor-Geral da AT.

O Senhor Presidente em exercício solicitou ao Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) eu formalizasse por escrito o seu pedido e aos restantes GP's que, caso pretendessem algum documento adicional, formalizassem também esse pedido.

Não se registando outras intervenções, o Senhor Presidente em exercício deu por concluídos os trabalhos do dia.

A reunião foi encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de março de 2015

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,

PAULO SÁ

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Elsa Cordeiro
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Maria José Moreno
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Fernando Virgílio Macedo
Nuno Reis